



TJDFT

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL
E DOS TERRITÓRIOS

Concurso Público
Nível Superior

Cargo 4: ANALISTA JUDICIÁRIO
ÁREA: APOIO ESPECIALIZADO
ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

MANHÃ

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

1. Ao receber este caderno, confira inicialmente a transcrição de seus dados pessoais no topo desta página e de seu nome no rodapé de cada página numerada deste caderno. Em seguida, verifique se ele contém cento e vinte itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120, seguidos da prova discursiva acompanhada de espaço para rascunho.
2. O espaço para rascunho é de uso opcional; não contará, portanto, para efeito de avaliação.
3. Caso o caderno tenha qualquer defeito ou haja discordância quanto aos seus dados pessoais, conforme o item 1, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores.
4. Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
5. Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
6. Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
7. Na prova discursiva, não será avaliado texto escrito a lápis, texto escrito em local indevido ou texto que tenha identificação fora do local apropriado.
8. Nos itens das provas objetivas, recomenda-se não marcar ao acaso: cada item cuja resposta diverja do gabarito oficial definitivo receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
9. A duração das provas é de **quatro horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo da prova discursiva para a folha de texto definitivo.
10. Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, **uma hora** após o início das provas e poderá levar este caderno de provas somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
11. Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo e deixe o local de provas.
12. A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA (datas prováveis)

- I 4/3/2008, após as 18h (fechão de Brasília) - Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet - www.cespe.unb.br/concursos/tjdf2007
- II 5 e 6/3/2008 - Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso: Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III 2/4/2008 - Resultado final das provas objetivas e provisório da prova discursiva: Diário Oficial da União e Internet.
- IV 3 e 4/4/2008 - Recursos (prova discursiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso: Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- V 23/4/2008 - Resultado final da prova discursiva e convocação para a pericia médica: Diário Oficial da União e Internet.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 13 do Edital, nº 1 - TJDFT, de 18/12/2007.
- Informações adicionais: telefone (0XX) 61 3448-0100; Internet - www.cespe.unb.br/concursos/tjdf2007.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticas, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Agora olhavam as lojas, as toldas, a mesa do leilão. E conferenciavam pasmados. Tinham percebido que havia muitas pessoas no mundo. Ocupavam-se em descobrir uma enorme quantidade de objetos. Comunicaram baixinho um ao outro as surpresas que os enchiam. Impossível imaginar tantas maravilhas juntas. O menino mais novo teve uma dúvida e apresentou-a timidamente ao irmão. Seria que aquilo tinha sido feito por gente? O menino mais velho hesitou, espiou as lojas, as toldas iluminadas, as moças bem vestidas. Encolheu os ombros. Talvez aquilo tivesse sido feito por gente. Nova dificuldade chegou-lhe ao espírito, soprou-a no ouvido do irmão. Provavelmente aquelas coisas tinham nomes. O menino mais novo interrogou-o com os olhos. Sim, com certeza as preciosidades que se exibiam nos altares da igreja e nas prateleiras das lojas tinham nomes. Puseram-se a discutir a questão intrincada. Como podiam os homens guardar tantas palavras? Era impossível, ninguém conservaria tão grande soma de conhecimentos. Livres dos nomes, as coisas ficavam distantes, misteriosas. Não tinham sido feitas por gente. E os indivíduos que mexiam nelas cometiam imprudência. Vistas de longe, eram bonitas. Admirados e medrosos, falavam baixo para não desencadear as forças estranhas que elas porventura encerrassem.

Graciliano Ramos. *Vidas secas*. São Paulo: Martins, 1972, p.125.

No texto apresentado acima, dois personagens do romance **Vidas Secas**, o menino mais velho e o menino mais novo, deixam a fazenda em que seu pai trabalhava como vaqueiro, para irem à festa de Natal em uma pequena cidade. Com base nessas informações e no fragmento do texto de Graciliano Ramos, julgue os itens subsequentes.

- 1 No texto acima, pela linguagem literária, o autor aborda uma questão universal — a construção do conhecimento do mundo pelo homem por meio da nomeação dos objetos —, a partir da narrativa de uma experiência particular dos personagens — a primeira visita de dois meninos a uma pequena cidade.
- 2 No trecho “Talvez aquilo tivesse sido feito por gente” (l.5-6), o verbo concorda com “gente”, sujeito da oração na voz passiva.
- 3 O emprego da linguagem figurada, como em “soprou-a no ouvido do irmão” (l.6), e a ausência do discurso direto confirmam o que está evidente no trecho “O menino mais novo interrogou-o com os olhos” (l.7), isto é, que em ambos os momentos a comunicação entre os dois personagens prescinde da linguagem verbal.
- 4 No trecho “as preciosidades que se exibiam nos altares da igreja e nas prateleiras das lojas tinham nomes” (l.7-8), os objetos religiosos e as mercadorias estão reunidos sob a designação comum de “nomes”, o que está de acordo com a associação feita pelos meninos entre as coisas espirituais e as coisas “feitas por gente” (l.10).
- 5 Considerando-se a linguagem usada pelo escritor para narrar a experiência dos meninos na cidade, é correto afirmar que a questão abordada no texto pode ser considerada “intrincada” (l.9) não apenas para os personagens, mas também para o autor e o leitor.

1 Os seres humanos, nas culturas orais primárias, não afetadas por qualquer tipo de escrita, aprendem muito, possuem e praticam uma grande sabedoria, porém não “estudam”. Eles aprendem pela prática — caçando com caçadores experientes, por exemplo —, pelo tirocínio, que constitui um tipo de aprendizado; aprendem ouvindo, repetindo o que ouvem, dominando profundamente provérbios e modos de combiná-los e recombiná-los, assimilando outros materiais formulares, participando de um tipo de retrospectiva coletiva — não pelo estudo no sentido estrito.

7 Quando o estudo, no sentido estrito de análise seqüencial ampla, se torna possível com a interiorização da escrita, uma das primeiras coisas que os letrados freqüentemente estudam é a própria linguagem e seus usos. A fala é inseparável da nossa consciência e tem fascinado os seres humanos, além de trazer à tona reflexões importantes sobre ela própria, desde os mais antigos estágios da consciência, muito tempo antes do surgimento da escrita.

Walter Ong. *Oralidade e cultura escrita*. Papirus, 1998, p. 17 (com adaptações).

A partir da organização do texto acima, julgue os seguintes itens.

- 6 O desenvolvimento da argumentação do texto permite que se empregue tanto “afetadas” (l.1) quanto a correspondente flexão de masculino, **afetados**, sem que seja prejudicada a correção gramatical.
- 7 As regras de pontuação da língua portuguesa são respeitadas tanto substituindo-se os travessões, nas linhas 2 e 3, por parênteses, como substituindo-se o primeiro deles por vírgula e eliminando-se o segundo.
- 8 Na linha 5, o emprego de “pelo”, regendo “estudo”, indica que está subentendida, antes dessa contração, a forma verbal **aprendem**, como utilizado na linha 2.
- 9 Na linha 9, mesmo que o verbo que antecede a locução adverbial “à tona” não exigisse objeto regido pela preposição **a**, como exige esse emprego do verbo “trazer”, o sinal indicativo de crase seria obrigatório nesse contexto.

1 Os sistemas simbólicos e, particularmente, a língua exercem um papel fundamental na comunicação entre os sujeitos e no estabelecimento dos significados compartilhados, que permitem interpretações dos objetos, eventos e situações do mundo real. Na ausência de um sistema de signos compartilhado e articulado, como a língua humana, 4 somente o tipo de comunicação mais primitivo e limitado é possível.

O surgimento do pensamento verbal e da língua como sistema de signos é crucial no desenvolvimento da espécie humana, momento mesmo em que o biológico transforma-se no histórico e em que emerge a centralidade 7 da mediação simbólica na constituição do psiquismo humano.

Martha Kohl de Oliveira. *História, consciência e educação. In: Viver Mente&Cérebro*. Edição Especial, 2005, p. 10 (com adaptações).

Julgue os seguintes itens, a respeito da organização das idéias no texto acima.

- 10 Na linha 1, a retirada do advérbio “particularmente” e das vírgulas que o demarcam preservaria a correção gramatical do texto, mas prejudicaria suas relações semânticas, pois permitiria a interpretação de que a língua não faz parte dos “sistemas simbólicos”.
- 11 Na linha 2, o pronome relativo “que” retoma o antecedente “os sujeitos”; por essa razão, a forma verbal “permitem” está no plural.
- 12 A flexão de singular em “é crucial” (l.5) admite a substituição pelo plural correspondente, **são cruciais**, sem prejuízo da coerência ou da correção do texto, porque o sujeito da oração é composto por dois núcleos, “pensamento verbal” e “língua”.

A economia mundial experimentou, nos últimos seis anos, um período de prosperidade rara. A guerra no Iraque e a conseqüente alta no preço do petróleo não tiveram força suficiente para deter a velocidade de crescimento das economias, em especial a dos países emergentes. Antes, fontes de dor de cabeça para seus cidadãos e para o mundo, gigantes como a China e a Índia abraçaram o que a economia capitalista globalizada tem de melhor, a capacidade de produzir riqueza, e incorporaram bilhões de pessoas ao mercado consumidor.

A globalização produziu ganhadores e perdedores, solidez e fragilidade. A maior de todas as fragilidades da globalização é justamente o que lhe dá sustentação, a simultaneidade de processos e a interligação instantânea dos mercados, via Internet. Essa situação propiciou o aumento da produção e o barateamento dos produtos, dando chance aos países de crescer rapidamente sem despertar o dragão inflacionário. O lado negativo da integração é que a queda de um grande parceiro pode arrastar todos os demais. Foi esse o perigo que o mundo correu e corre quando a economia que responde por 25% de toda a riqueza planetária, os Estados Unidos da América (EUA), escorregou feio em uma casca de banana que, paradoxalmente, estava à vista de todos havia muito tempo.

Veja, 30/1/2008, p. 64-7 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando os múltiplos aspectos que envolvem o tema por ele abordado, julgue os itens que se seguem.

- 13 Uma das inovações trazidas pela globalização é o caráter autônomo da economia, ou seja, instabilidades políticas ou confrontações bélicas deixaram de exercer influência sobre os mecanismos de produção, circulação e fixação de preços das mercadorias.
- 14 China e Índia, citadas como exemplos marcantes de países emergentes na atualidade, creditam parcela significativa de seu êxito ao fato de terem promovido reformas políticas que as levaram a adotar o modelo de democracia ocidental.
- 15 Ainda que China e Índia tenham ampliando consideravelmente a capacidade produtiva e incorporado bilhões de pessoas ao mercado consumidor, como assinalado no texto, não se pode afirmar que a globalização ocorra de maneira simétrica, reduzindo as desigualdades entre os países.
- 16 O fato de um país poderoso entrar em crise econômica e arrastar consigo os demais parceiros é risco real trazido pela globalização, situação desconhecida nas etapas anteriores da evolução histórica do capitalismo.
- 17 Infere-se do texto que, na atual realidade econômica mundial, mais do que em qualquer outra época, crescimento e inflação são faces da mesma moeda, em que uma não sobrevive sem a outra.
- 18 A “casca de banana” aludida no texto, referindo-se à atual crise norte-americana, relaciona-se à concessão irrestrita de crédito — sobretudo imobiliário — a consumidores que se mostraram sem condições de pagar como fator relevante para o desencadeamento de uma crise que afeta diversos setores da economia.
- 19 Uma das principais razões que explicam a formação dos atuais blocos econômicos, entre os quais se situam a União Européia e o Mercado Comum do Sul, é o fato de oferecerem aos seus integrantes condições mais favoráveis de inserção no competitivo mercado global.
- 20 Na atualidade, um dos clássicos sintomas de crise ou de instabilidade financeira é o comportamento volátil das bolsas de valores, que, em escala planetária, tende a expressar a insegurança dos investidores.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Acerca do Regimento Interno do TJDF, cada um dos itens subseqüentes apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

21 Fábio foi nomeado, entre os desembargadores mais antigos, para integrar o Conselho Especial do TJDF.

Nessa situação, nos afastamentos e impedimentos de Fábio, a sua substituição se dará pelos suplentes na ordem decrescente da votação obtida.

22 Durante o julgamento de um *habeas corpus*, pelo Conselho Especial, certo desembargador pediu vista dos autos, para melhor analisar a questão. Os demais desembargadores, sentindo-se habilitados, proferiram seus votos. Na segunda sessão subseqüente, o desembargador que havia pedido vista afastou-se, razão pela qual foram computados apenas os votos já proferidos, que resultaram no empate de 8 votos a favor e 8 contra.

Nessa situação, haverá a necessidade de adiamento da sessão de julgamento, com sua continuidade na sessão mais próxima possível.

23 Partido político com representação na Câmara Legislativa do Distrito Federal ajuizou ação direta de inconstitucionalidade, com pedido de liminar, pleiteando a suspensão da eficácia de determinado dispositivo de lei distrital, até o julgamento do mérito da questão.

Nessa situação, se concedida a liminar, esta será dotada de eficácia *ex nunc*, salvo se o Conselho Especial entender de conceder-lhe eficácia retroativa.

24 O Distrito Federal (DF), devidamente intimado de decisão que deferiu liminar em mandado de segurança, contra ato do governador, requereu a suspensão da segurança, visando evitar grave lesão à economia pública. O presidente do TJDF, ao analisar a questão, entendeu estarem presentes os requisitos para a concessão de tal medida e deferiu a suspensão da segurança.

Nessa situação, da decisão caberá agravo regimental.

25 Paulo é desembargador presidente do TJDF.

Nessa situação, ao término de seu mandato, integralmente cumprido, Paulo poderá participar do escrutínio subseqüente e candidatar-se à reeleição para o mesmo cargo.

Cada um dos próximos itens apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com base na Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios.

26 Roberto e Paula ocupam, respectivamente, os cargos de vice-presidente e corregedora do TJDF.

Nessa situação, se faltarem menos de 6 meses para o término dos mandatos e houver vacância do cargo de vice-presidente, este será substituído por Paula.

27 Rogério foi preso em flagrante pelo crime de tentativa de homicídio. Em virtude de supostas irregularidades no ato da prisão e outras nulidades, Rogério impetrou *habeas corpus*. Nessa situação, a competência para processar e julgar o *habeas corpus* é do tribunal do júri da circunscrição judiciária do DF em que ocorreu o fato.

28 Alberto, menor de 17 anos de idade, praticou ato infracional descrito pela legislação penal como crime de furto. Em virtude da reiteração no cometimento de outras infrações de mesma natureza, o juiz da Vara da Criança e do Adolescente determinou a internação por prazo indeterminado, não superior a 3 anos.

Nessa situação, caso Alberto permaneça internado após completar 18 anos de idade, a competência para prosseguir a execução da referida medida passará a ser da Vara de Execuções Criminais.

29 Antônio desapareceu de seu domicílio, sem ter dado notícias e sem ter deixado procurador ou representante para administrar seus bens. Os familiares de Antônio, diante dessa situação, decidiram requerer judicialmente a declaração de ausência e a nomeação de um curador dos bens deixados por Antônio.

Nessa situação, de acordo com a lei em apreço, a competência para processar e julgar o aludido feito é da vara de família.

30 Sérgio, empregado público do DF, no exercício de suas funções, sofreu acidente de trabalho que resultou na perda parcial dos movimentos de um de seus membros. Em razão desse fato, Sérgio ajuizou ação acidentária para obter a devida reparação.

Nessa situação, a competência para processar e julgar o referido feito é de uma das varas de fazenda pública do DF.

Acerca dos princípios fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, julgue os itens a seguir.

31 A expressão República Federativa enuncia, respectivamente, uma forma de governo e uma forma de Estado.

32 A construção de uma sociedade livre, justa e solidária é um objetivo, ao passo que a dignidade da pessoa humana é um fundamento da República Federativa do Brasil.

Acerca dos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens seguintes.

- 33** Considere a seguinte situação hipotética.
Giovani, brasileiro nato, que é jogador de futebol, profissional, foi contratado por um clube italiano, pelo qual atua há mais de 4 anos. No entanto, a lei italiana que disciplina essa atividade passou a limitar a quantidade de jogadores estrangeiros em cada clube. Para continuar a residir na Itália e atuar como jogador profissional, Giovani adquiriu a nacionalidade italiana.
Nessa situação hipotética, com base na Constituição brasileira em vigor, o referido atleta não perderá sua nacionalidade brasileira.
- 34** São imprescritíveis, conforme a Constituição brasileira em vigor, os crimes hediondos, de racismo, de tortura, de tráfico ilícito de drogas.
- 35** O sindicato de trabalhadores tem legitimidade para impetrar mandado de segurança coletivo na defesa de seus filiados.
- 36** Os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 não comportam qualquer grau de restrição, já que são considerados cláusulas pétreas.
- 37** Conforme a doutrina majoritária, o princípio *nemo tenetur se detegere*, de que ninguém é obrigado a produzir prova contra si mesmo, só tem aplicação em relação ao réu preso e não ao réu solto.

Fernanda, com 16 anos de idade, após participar das últimas eleições municipais, resolveu propor ação popular visando anular ato administrativo que entende ser violador da regra de precedência da ordem de classificação para a nomeação de candidatos aprovados em concurso público.

Acerca dessa situação hipotética e das normas que regem os concursos públicos, julgue os itens que se seguem.

- 38** Fernanda poderá ingressar com a ação popular mesmo não possuindo ainda 18 anos de idade.
- 39** O candidato aprovado em concurso público, em regra, não tem direito subjetivo a ser nomeado. Se, porém, for nomeado, tem direito subjetivo público a ser empossado.

Acerca da organização do Estado, julgue os próximos itens.

- 40** O DF tem competência concorrente com a União para legislar sobre matéria relacionada a procedimentos em matéria processual.
- 41** Compete à União legislar, de forma privativa, sobre a Defensoria Pública do Distrito Federal, podendo haver delegação desse poder ao DF, desde que feita por meio de lei ordinária.
- 42** O julgamento de crime político é de competência da justiça federal, com recurso ordinário para o respectivo tribunal regional federal.

Acerca da organização do Poder Judiciário, julgue os itens subseqüentes.

- 43** O ministro-corregedor do Conselho Nacional de Justiça, que deve ser oriundo do Superior Tribunal de Justiça, tem competência para receber reclamações e denúncias, de qualquer interessado, relativas aos magistrados e aos serviços judiciários.
- 44** O tribunal regional eleitoral é composto por sete juízes, dos quais dois devem ser escolhidos e nomeados, pelo respectivo tribunal de justiça, entre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pela respectiva seção da Ordem dos Advogados do Brasil.
- 45** O chamado quinto constitucional está presente nos tribunais regionais federais, nos tribunais de justiça, no Tribunal Superior do Trabalho e nos tribunais regionais do trabalho.

Acerca da Lei n.º 11.416/2006, que trata do Regime Jurídico das Carreiras de Servidores do Poder Judiciário da União, e do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Federais previsto na Lei n.º 8.112/1990 e na Constituição Federal, julgue os itens seguintes.

- 46** Viola a Constituição a ascensão de um servidor que ocupe o cargo de técnico judiciário, para o qual se exige o nível médio de formação, ao cargo de analista, de nível superior, como forma de provimento derivado, mesmo se assim for previsto em lei.
- 47** Nos quadros de pessoal dos órgãos do Poder Judiciário da União, 80% dos cargos em comissão, no mínimo, devem ser ocupados por servidores ocupantes de cargo efetivo.
- 48** O servidor público que for nomeado em cargo público efetivo e não tomar posse no prazo legal será exonerado do cargo.

Acerca da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, julgue os itens a seguir.

- 49** O não-comparecimento do administrado intimado para se defender importará na sua revelia e, conseqüentemente, no reconhecimento da verdade dos fatos não impugnados.
- 50** Se, para a prática de determinado ato, for obrigatória e vinculante a emissão de um parecer pelo órgão consultivo, a sua não-apresentação, dentro do prazo legal, não impedirá o seguimento do processo. Nessa hipótese, haverá apenas a responsabilização de quem se omitiu.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Julgue os itens a seguir, acerca da dinâmica e do comportamento nas organizações.

- 51** A cultura de uma organização reflete os valores da sociedade em que essa organização atua, estando imune a interferências decorrentes da atuação de seus líderes internos.
- 52** O processo de socialização de novos funcionários tem por objetivo permitir que a organização conheça os valores culturais trazidos por esses funcionários e se adapte a esses valores.
- 53** A motivação para o trabalho decorre não apenas de incentivos financeiros, mas também do atendimento de outras necessidades do funcionário, tais como auto-realização e reconhecimento profissional.
- 54** A respeito de uma equipe de trabalho em que o coordenador delega responsabilidades, compartilha as decisões e encoraja a participação dos demais membros da equipe, é correto afirmar que o coordenador adota um estilo de liderança direto.
- 55** O princípio de Deming é uma ferramenta na qual as causas de um problema são agrupadas em formato de espinha de peixe, sendo utilizada no processo decisório e na definição das soluções prioritárias para o problema.
- 56** Enquanto os canais informais de comunicação distribuem-se horizontalmente na hierarquia da organização, nos canais formais a comunicação ocorre apenas em sentido vertical, tanto para baixo quanto para cima.
- 57** Diferentemente da tomada de decisão não-programada, a tomada de decisão programada envolve questões já conhecidas pela organização, cujo comportamento é bastante similar ao verificado em situações anteriores.
- 58** O estilo de liderança apropriado pode variar em função das características da tarefa a ser executada e do nível de educação, experiência e habilidades dos liderados.

Julgue os itens subseqüentes, que tratam das relações entre funcionários e do trabalho em equipe nas organizações.

- 59** Na descentralização, a distribuição de poder ocorre dentro do mesmo nível hierárquico.
- 60** Uma equipe distingue-se de um simples grupo de pessoas pela interação entre os membros e pela coordenação do trabalho para atingir as metas estabelecidas.
- 61** Todo o processo de comunicação entre os membros de uma equipe deve ocorrer pelos canais informais, de forma a se evitar a burocratização excessiva do trabalho.
- 62** Uma equipe de trabalho composta por um chefe e seus subordinados na hierarquia da organização é classificada, quanto à sua composição, como uma equipe vertical.
- 63** As equipes virtuais permitem que haja colaboração entre membros que estejam afastados geograficamente, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação e de telecomunicações.

Um administrador do TJDFT transferiu um determinado nível de autoridade para seu subordinado, criando o correspondente compromisso pela execução de uma tarefa.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

- 64** O instrumento utilizado pelo administrador foi a delegação.
- 65** Caso ocorra um sério problema na execução da tarefa considerada, a responsabilidade do administrador limitar-se-á a indicar quem foi o funcionário que realizou.

Acerca da reengenharia organizacional, julgue os itens que se seguem.

- 66** A reengenharia, cujo pico de utilização pelas empresas ocorreu na década passada, tem como foco a reformulação radical dos processos da organização.
- 67** Muitos dos problemas verificados nos processos de reengenharia decorrem da dificuldade das organizações em redistribuir as relações de poder e os processos administrativos necessários à nova configuração dos trabalhos.
- 68** A distribuição do trabalho proposta pela reengenharia tem por base a divisão dos processos centrais da organização em atividades estruturadas em departamentos distintos.
- 69** Apesar de reformular a estrutura organizacional, a reengenharia costuma apresentar baixo custo e acarretar pequenas mudanças na cultura da organização.
- 70** Em geral, a reengenharia pressupõe a mudança para uma estrutura embasada em equipes direcionadas para o atendimento das necessidades dos clientes.

Julgue os itens a seguir, relativos a qualidade e produtividade nas organizações.

- 71** Por se tratar de um órgão público, o TJDFT está impedido de usar as ferramentas e princípios da gestão da qualidade total, tendo em vista que esses instrumentos foram desenvolvidos para aplicação em organizações privadas.
- 72** O treinamento constante e em todos os níveis da organização constitui um dos princípios da qualidade propostos por Deming.
- 73** Gerir adequadamente a qualidade no processo implica buscar a melhoria contínua e direcionar todas as ações do processo produtivo para o atendimento das necessidades dos diversos tipos de clientes envolvidos.
- 74** Considerando a linha evolutiva da gestão da qualidade nas organizações, é correto afirmar que o controle estatístico da produção constitui etapa posterior ao controle total da qualidade.
- 75** No processo produtivo, a implantação da qualidade pressupõe a eliminação das perdas e das causas das perdas. Devido a essa característica, uma das conseqüências da gestão da qualidade é o aumento do tempo de controle, com a conseqüente redução da produtividade.

Acerca da administração de pessoal e recursos humanos, julgue os itens subseqüentes.

- 76** Tanto em organizações públicas quanto no setor privado, a atividade de recrutamento deve ocorrer posteriormente à seleção dos candidatos aptos para os cargos disponíveis.
- 77** Em relação ao recrutamento externo, o recrutamento interno tem entre suas vantagens a rapidez no processo e o menor custo para a organização.
- 78** Durante o processo de seleção, as características do cargo devem ser definidas de acordo com as qualificações dos candidatos disponíveis.
- 79** Para elaborar a descrição de um cargo existente na estrutura de uma organização, o responsável pela tarefa deverá elaborar um estudo que determine os requisitos relativos à qualificação necessária para os eventuais ocupantes desse cargo, as responsabilidades envolvidas e a classificação do cargo perante os demais cargos da estrutura organizacional.
- 80** A remuneração de um cargo deve ser condizente com a avaliação e classificação de cargos da organização, devendo, ainda, buscar alinhamento em relação aos cargos similares de outras organizações que atuam no mercado de trabalho.
- 81** A avaliação de desempenho em 360° é aquela realizada de modo circular pelos colegas do mesmo nível hierárquico do avaliado.
- 82** O processo de gestão do desempenho deve permitir ao funcionário conhecer os aspectos de comportamento e desempenho valorizados pela organização, bem como quais são as expectativas e a opinião dos avaliadores a respeito de seus pontos fortes e fracos.
- 83** O conteúdo das atividades de treinamento pode ser agrupado, quanto às mudanças comportamentais pretendidas, em quatro tipos: transmissão de informações; desenvolvimento de habilidades; desenvolvimento ou modificação de atitudes; e desenvolvimento de conceitos.
- 84** A aplicação de questionários, a realização de entrevistas com a chefia e as avaliações de desempenho são instrumentos potencialmente utilizáveis para o levantamento das necessidades de treinamento.

Com respeito ao planejamento organizacional e ao impacto do ambiente nas organizações, julgue os itens seguintes.

- 85** A análise do ambiente externo da organização proporciona à equipe responsável pelo planejamento o conhecimento das oportunidades e ameaças proporcionadas pelos fatores ambientais.
- 86** No processo de planejamento, a definição da nova missão da organização deve ocorrer após a etapa de diagnóstico estratégico.
- 87** A fase de controle e avaliação do planejamento estratégico é uma das atividades inseridas na análise de pontos fortes e fracos internos à organização.
- 88** Durante a implantação do planejamento estratégico, deve-se monitorar atentamente eventuais mudanças ocorridas no ambiente com o qual a organização se relaciona.

- 89** No processo de planejamento estratégico, a construção de cenários pela abordagem prospectiva restringe-se a fatores quantitativos objetivos e conhecidos, buscando prever o futuro por meio de acontecimentos do passado.
- 90** Quando comparado aos planejamentos tático e operacional, o planejamento estratégico é mais amplo, por envolver a organização como um todo e sua relação com o ambiente.
- 91** O nível estratégico do planejamento deve promover a busca das metas estipuladas na missão da organização, além de especificar detalhadamente cada atividade que deverá ser realizada pelas unidades organizacionais.

Julgue os itens subseqüentes, acerca da administração pública.

- 92** A administração pública é composta pelos órgãos da administração direta e indireta, com exceção das sociedades de economia mista e das fundações públicas.
- 93** Os poderes do Estado são o Legislativo, o Executivo, o Ministério Público e o Judiciário, este último sendo integrado pelo TJDFT.
- 94** Na administração pública, o princípio da supremacia do interesse público refere-se à superioridade jurídica dos interesses da União sobre os dos estados e do DF, e os destes em relação aos dos municípios.
- 95** De acordo com o princípio da presunção de legitimidade, os atos executados por um servidor do TJDFT, no exercício de sua função, são verdadeiros, legítimos e legais, até que se prove o contrário.
- 96** Conforme o princípio da publicidade, os atos praticados pelo TJDFT devem receber ampla divulgação, com exceção das hipóteses de sigilo previstas na Constituição Federal ou em lei.

Acerca dos poderes e deveres do administrador público e da responsabilidade civil da administração pública, julgue os itens que se seguem.

- 97** Diferentemente do exercício do poder em âmbito privado, o administrador público, dentro dos limites legais e sempre que for caracterizado o interesse público, tem o dever de agir.
- 98** A discricionariedade é o poder dado ao administrador público para, em situações específicas, atuar fora dos limites da lei.
- 99** A violação ao dever de probidade pode provocar para o agente público o pagamento de multa civil, a perda da função pública, a suspensão dos direitos políticos e a indisponibilidade de bens.
- 100** A responsabilidade civil da administração pública obriga as pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos a responder pelos danos que seus agentes, no exercício de suas funções, tenham causado a terceiros.
- 101** Por constituir uma medida com fins punitivos, o processo administrativo disciplinar regido pela Lei n.º 9.784/1999 deve iniciar-se exclusivamente de ofício.
- 102** Os atos do processo administrativo disciplinar regido pela Lei n.º 9.784/1999 podem realizar-se em qualquer dia da semana, desde que ocorram na sede do órgão.

Acerca do controle da administração pública, julgue os itens a seguir.

- 103** O controle dos atos da administração pública pode ser exercido de forma interna, pelos tribunais de contas estaduais e do DF, ou de forma externa, pelo Tribunal de Contas da União e pelo Poder Judiciário.
- 104** Por integrar o Poder Judiciário, mesmo as funções tipicamente administrativas exercidas pelo TJDFT estão sujeitas apenas ao controle judicial.
- 105** O controle legislativo da administração pública ocorre com o auxílio dos respectivos tribunais de contas.
- 106** No controle da administração pública pelo Poder Judiciário, o julgador deve anular medida legal e legítima tomada nos limites discricionários do administrador público, caso entenda haver outra solução mais adequada para o caso em questão.

Julgue os itens seguintes, que tratam dos atos e contratos administrativos.

- 107** O conceito de ato administrativo engloba todas as ações emanadas da administração pública e sujeitas ao controle pelo Poder Legislativo.
- 108** A imperatividade é o atributo pelo qual algumas espécies de atos administrativos se impõem a terceiros, mesmo que não haja sua concordância explícita.
- 109** A revogação, a anulação e a cassação são formas de extinção de um ato administrativo por meio de outro ato do Poder Público.
- 110** Os contratos administrativos têm como característica básica a formalização. Apesar dessa característica, caso um administrador do TJDFT, no exercício de suas funções, celebre um contrato verbal de compra até o limite de R\$ 8.000,00, os efeitos desse pacto serão considerados válidos.
- 111** O não-cumprimento ou o cumprimento irregular, pelo contratado, de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos, constituem motivo para rescisão do contrato administrativo.
- 112** Embora existam três formas de rescisão do contrato administrativo, o contratado pode requerer apenas duas, a amigável e a judicial.

Acerca do orçamento público e da Lei Complementar n.º 101/2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) —, julgue os itens que se seguem.

- 113** O princípio orçamentário da exclusividade implica que o TJDFT deve elaborar um único orçamento a cada ano.
- 114** A fixação de diretrizes orçamentárias tem entre seus objetivos fixar as prioridades e metas da administração pública e orientar a elaboração da lei orçamentária anual.
- 115** As disposições da LRF obrigam não só os órgãos do Poder Executivo, mas também os do Poder Legislativo, do Ministério Público e do Poder Judiciário, inclusive o TJDFT.
- 116** A transparência na gestão fiscal deverá ser garantida pela ampla divulgação de planos, orçamentos e relatórios, bem como pelo incentivo à participação popular e à realização de audiências públicas.
- 117** Como o controle e a fiscalização das normas da LRF são exercidos prioritariamente pelo Poder Judiciário, caberá ao TJDFT realizar essa fiscalização no âmbito do DF.

À luz da Lei n.º 8.666/1993 e suas alterações, julgue os itens subseqüentes, que versam sobre as normas para licitações e contratos da administração pública.

- 118** Ao organizar uma licitação para realização de um serviço de engenharia no TJDFT, o administrador responsável poderá optar pela modalidade de convite, desde que o valor estimado para a obra seja inferior a R\$ 160.000,00.
- 119** Quando houver inviabilidade de competição, como na contratação de um artista consagrado pela opinião pública, a licitação será inexigível.
- 120** A comprovação da regularidade para com a fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante integra os documentos relativos à qualificação técnica do interessado em participar de um processo licitatório.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, que vale **dez** pontos, faça o que se pede, usando os espaços indicados no presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **trinta** linhas será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Diversos dispositivos da Lei de Imprensa (Lei n.º 5.250/1967) foram suspensos, em caráter liminar, pelo relator da ação de arguição de descumprimento de preceito fundamental ajuizada, no Supremo Tribunal Federal, pelo PDT. Na ação, o advogado e deputado Miro Teixeira pedia a revogação da lei, em sua totalidade, por ter sido “imposta à sociedade pela ditadura militar” e conter “dispositivos totalmente incompatíveis com o estado democrático de direito estabelecido pela atual Carta”. O ministro Ayres Britto deferiu parcialmente a liminar, para determinar que juízes e tribunais suspendam o andamento de processos e os efeitos de decisões judiciais ou de qualquer outra medida que versem sobre determinados artigos e incisos da Lei de Imprensa. Os mais importantes são os que se referem às penas nos crimes de calúnia, injúria e difamação, que são maiores, na lei de 1967, do que no Código Penal.

Jornal do Brasil, 22/2/2008, p. A6 (com adaptações).

Constituição Federal de 1988

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§1.º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5.º, IV, V, X, XIII e XIV.

Art. 5.º (...)

IV – é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V – é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.

Considerando que os textos acima têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo a respeito do tema a seguir.

LIBERDADE E RESPONSABILIDADE NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Em seu texto, aborde, sintética e necessariamente, os seguintes tópicos:

- ▶ Carta de 1988 como marco jurídico-político da redemocratização brasileira;
- ▶ papel do Poder Judiciário em face das demandas da sociedade e dos demais poderes;
- ▶ liberdade como fundamento da democracia.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	